

# A substância e o ser dos itens não-substanciais em Z1

Raphael Zillig  
UFRGS  
rzillig@gmail.com

**resumo** Ao introduzir o estudo da substância em *Metafísica Z1*, Aristóteles apresenta um argumento cujo ponto inicial corresponde a uma questão acerca do estatuto ontológico de certos itens não-substanciais. Normalmente, entende-se que o objetivo desse argumento é estabelecer a compreensão da substância como ser primeiro. Pretende-se, aqui, propor uma interpretação alternativa para tal argumento. A questão acerca do estatuto ontológico de certos itens não-substanciais não teria o papel de estabelecer a compreensão da substância como ser primeiro, mas dirigir a investigação para a razão pela qual a substância é tomada como ser primeiro.

**palavras-chave** Aristóteles; ser; ser primeiro; substância

Em *Metafísica Z1*, Aristóteles introduz a investigação acerca da substância que deverá ocupar todo o livro Z. A justificativa para tal estudo é fornecida, em grande medida, a partir de um argumento exposto na porção central do capítulo:

Por isso, alguém poderia perguntar se o caminhar e o estar saudável e o estar sentado, cada um deles, significam um ser (e semelhantemente a respeito das outras coisas dessa natureza). Com efeito, nenhum deles é, por natureza, um ser por si nem é capaz de ser separado da substância, mas antes, se tanto, são seres o caminhante, o sentado e o saudável. Estas coisas em maior medida parecem ser seres porque há algo determinado que é substrato deles (e isto é a substância e o particular), o que precisamente aparece em tal predicação: com efeito, o bom ou o sentado

não se dizem sem isso. É, portanto, evidente que é em virtude desta [da substância], que também cada um daqueles existe, de modo que o ser primeiro e não um certo ser, mas ser sem qualificações seria a substância. (1028<sup>a</sup>20-31, tradução do autor a partir da edição ROSS, 1924)

Normalmente, entende-se que o objetivo desse argumento é estabelecer a compreensão da substância como ser primeiro<sup>1</sup>. Tal prioridade poderia justificar a escolha da substância como objeto de uma pesquisa cujo interesse inicial recairia sobre a noção geral de ser. A caracterização da substância como ser primeiro, com efeito, parece ser apresentada como conclusão de um argumento na porção central do capítulo (note-se *hoste* em 1028<sup>a</sup>30).

A correta compreensão de tal argumento não é de menor importância. Uma vez que Aristóteles recorre a ele para justificar o estudo o estudo a ser desenvolvido em Z, sua interpretação tem como questão de fundo a natureza da pesquisa acerca da substância executada em Z.

O ponto de partida do argumento é a sugestão segundo a qual certos itens poderiam não ser tomados como seres em absoluto: “alguém poderia perguntar se o caminhar e o estar saudável e o estar sentado, cada um deles, significa um ser (e semelhantemente a respeito das outras coisas dessa natureza)” (1028<sup>a</sup>20-22)<sup>2</sup>. Ver aqui o início de um argumento em favor da prioridade da substância, no entanto, é algo problemático. Em primeiro lugar, a prioridade da substância é apresentada como fato manifesto em 1028<sup>a</sup>13-14. Se o objetivo do trecho de 1028<sup>a</sup>20-31 é estabelecer a prioridade da substância, o texto argumenta em favor do que já é tomado como evidente. Além disso, as dúvidas acerca do caráter ontológico dos itens como o caminhar são justamente apresentadas como *decorrência* da prioridade da substância em relação aos demais seres. Na porção inicial de Z1, Aristóteles introduz uma oposição entre a substância e os demais seres que é caracterizada pela dependência destes em relação àquela: “as demais coisas são ditas seres porque são quantidades, qualidades, afecções ou outra coisa *do* ser que é desse modo [a saber, da substância]” (1028<sup>a</sup>18-20). Em virtude dessa relação, afirma Aristóteles, surge a incerteza acerca da inclusão de itens como o caminhar no âmbito do ser (notar *dio* em 1028<sup>a</sup>20). A menos que se pretenda aceitar que tais itens efetivamente não se qualifiquem como seres, deve ficar claro ao fim

do argumento que o caminhar e assemelhados *estão* entre os seres. Seria, no entanto, no mínimo estranho tentar fazê-lo a partir de um argumento que estabelece justamente aquilo que se apresenta como razão para suspeitar que os itens em questão não se contem entre os seres.

A tese segundo a qual a substância é ser primeiro está inequivocamente inserida na conclusão exposta em 1028<sup>a</sup>30-31, mas não é necessário tomar o argumento como tentativa de estabelecer tal tese. O objetivo de Aristóteles poderia ser não o de estabelecer *que* a substância é primeira, mas chamar a atenção sobre *a razão pela qual* a substância é primeira. Dado que o *hoti*, o fato que a substância é ser primeiro, está estabelecido desde o princípio, pode-se proceder à investigação do *dioti*, o porquê ela é ser primeiro.

Nessa perspectiva, a aporia acerca do estatuto ontológico do caminhar e semelhantes teria o papel de dirigir a reflexão para a razão pela qual a substância é tomada como ser primeiro. A introdução da aporia mostraria que a compreensão da substância como ser primeiro pode gerar problemas, quando considerada sem que se leve em conta as razões que a fundamentam. Haveria aqui uma advertência contra a adoção irrefletida da tese da prioridade da substância que é tomada como estabelecida já no início de Z1. Uma consideração apressada da dependência dos demais seres em relação à substância poderia levar a crer que itens como o caminhar não são seres. Mais do que isso, mesmo itens aparentemente menos problemáticos, como o caminhante, não parecem, no início do argumento, ter o seu lugar assegurado entre os seres (note-se: “*se tanto [eiper]*, são seres o caminhante, o sentado e o saudável”: 1028<sup>a</sup>24-25). O perigo que ronda uma compreensão simplista da prioridade da substância, em última análise, é a redução do ser à substância. Esse resultado corresponderia a uma recaída na tese da sinonímia do ser (cuja recusa é expressa já na primeira linha de Z1), que passaria a ser compreendido unicamente como substância.

A inserção desse problema no horizonte de Z1 explicaria a referência à confusão entre as questões a respeito do ser e da substância (1028<sup>b</sup>2-6). Além disso, uma investigação acerca das razões pelas quais se atribui prioridade a algo inclui em si, naturalmente, uma reflexão acerca do sentido relevante de “primeiro”, o que permitiria compreender a passagem de 1028<sup>a</sup>31-<sup>b</sup>2, na qual se apresentam os sentidos pertinentes do termo em questão.

## Acerca dos sentidos de “ser” em Z1

Para compreender melhor o ponto e o modo como é exposto no argumento central de Z1, convém primeiro lançar mão de uma breve reflexão acerca da compreensão da variação dos sentidos de ser que é relevante em Z1.

Ainda que Aristóteles compreenda de modos diversos a polissemia do ser (ver, por exemplo, *Metaf.* Δ7), é bastante claro em Z1 que ele pretenda introduzir essa variação de sentidos a partir das chamadas categorias do ser.<sup>3</sup> As expressões normalmente associadas aos nomes das diferentes categorias, afinal, ocorrem na explicação fornecida em 1028<sup>a</sup>11-13 para a frase “o ser é dito de muitos modos”. O próprio recurso às categorias, no entanto, abre um novo conjunto de questões.

J. L. Ackrill, em seu seminal comentário às *Categorias*, distingue dois modos pelos quais Aristóteles poderia ter gerado a sua lista de gêneros supremos do ser (ACKRILL, 1963, p. 78-80). De um lado, Aristóteles parece ter chegado à lista das categorias classificando os diferentes tipos de respostas cabíveis às várias perguntas que se pode fazer acerca de uma substância. De outro, as diversas categorias parecem surgir das diferentes respostas à pergunta “o que é  $x$ ?”, onde  $x$  pode estar por qualquer tipo de coisa em absoluto (e não necessariamente uma substância). Como nota Ackrill (*id.*, p. 80), os dois métodos produzem a mesma lista de categorias. No primeiro caso, “quantidade” e “substância” classificam os tipos de resposta apropriados, respectivamente, às perguntas “quanto?” e “o que é?” feitas acerca de um item substancial. No segundo, elas classificam as respostas à pergunta “o que é?” feita, respectivamente, diante de uma instância particular de uma certa quantidade e diante de uma substância particular. A significativa diferença entre os dois modos de gerar a lista residiria (ainda de acordo com Ackrill, *ibid.*) no fato que apenas o segundo permitiria incluir indivíduos no âmbito das diferentes categorias. Apenas nessa segunda perspectiva a categoria da quantidade compreenderia estes 75kg particulares dos quais se pergunta “o que é?”. Na perspectiva anterior, a própria substância particular à qual se referem as diferentes perguntas possíveis estaria fora da lista das categorias, uma vez que ela corresponde ao que deve estar dado de antemão para que a lista seja produzida.

Os dois modos pelos quais se pode gerar a lista das categorias e suas respectivas diferenças parecem estar representados na porção inicial de Z1. A maneira como ele se refere às categorias não-substanciais em 1028<sup>a</sup>19 sugere o segundo método. Os substantivos abstratos *posotetes* (“quantidade”) e *poiotetes* (“qualidade”) são naturalmente tomados como respostas à pergunta “o que é *x*?”, estando *x*, respectivamente, por uma instância de uma quantidade particular e por uma instância de uma qualidade particular. Nesse caso, substância, quantidade e qualidade são as diferentes definições sob as quais podem cair seres particulares<sup>4</sup>. Desse modo tem-se, no âmbito de cada uma das categorias do ser, uma relação entre o particular e sua natureza. Essa relação é estabelecida entre Sócrates e a natureza do homem, mas também entre este-branco (esta instância particular da cor branca) e a natureza do branco em geral<sup>5</sup>. De resto, cabe ainda observar que Aristóteles emprega o termo *on* para designar os dois membros dessa relação que se repete em cada categoria. Sugere-se normalmente que isso se deve ao fato que, para Aristóteles, existir significa necessariamente existir segundo uma ou outra natureza (ver, por exemplo, IRWIN E FINE, 1995, p. 569).

O primeiro método, por sua vez, é por vezes identificado em 1028<sup>a</sup>15-18, onde é justificada a afirmação segundo a qual o *ti esti* significa a substância. Nesse texto parentético, Aristóteles opõe o que é algo à indicação de sua qualidade (*poion ti tode*). No primeiro caso, deve-se designar algo como homem ou deus, ao passo que, no segundo, algo semelhante a bom ou mal<sup>6</sup>.

Ainda que o modo de gerar as categorias associado a 1028<sup>a</sup>15-18 dê origem a itens universais, não é necessário concluir com Ackrill que ele exclui os particulares. Quando se diz “de que qualidade é isto”, a resposta é fornecida em termos universais (isto é branco ou isto é bom, etc.). Para tanto, contudo, é necessário supor que se está diante de uma substância particular a respeito da qual se pergunta. Se a pergunta “de que qualidade é isto?” tem como resposta o branco universal, então uma instância particular desse branco deve existir *na* substância particular a respeito da qual se fala<sup>7</sup>.

## Exame do argumento

Com essas observações em mente, cabe retornar ao exame do argumento central. Aristóteles afirma em 1028<sup>a</sup>10–20 que *posotetes*, *poiotetes*, etc. são ditos “seres” (*onta*) em virtude de serem *da* substância<sup>8</sup> e *por isso* alguém poderia perguntar se o caminhar, o estar saudável e o estar sentado significam seres. Quantidade e qualidade, tal como expressos em 1028<sup>a</sup>10–20, são *onta* por corresponderem às naturezas que determinam instancias particulares, respectivamente, na categoria da quantidade e da qualidade. Ao que tudo indica, o caminhar deve ser compreendido no mesmo registro.

Nessas condições, o caminhar parece não ser *on* justamente porque ele é um item da natureza de quantidade, qualidade, etc. que, no entanto, é tomado como se não fosse *de* um ser substancial. Os verbos no infinitivo designam ações ou afecções tomadas *à parte* do seu sujeito particular e a pretensão de Aristóteles ao recorrer a eles deve ser justamente a de considerar itens não-substanciais abstraídos da substância<sup>9</sup>.

O ponto introduzido a partir do emprego de verbos no infinitivo é desenvolvido por meio de um contraste com as formas participais dos mesmos verbos: “Com efeito, nenhum deles [a saber, o caminhar, o estar saudável, etc.] é, por natureza, um ser por si nem é capaz de ser separado da substância, mas antes, se tanto, são seres o caminhante, o sentado e o saudável.” (1028<sup>a</sup>22–25) O particípio, ao contrário do infinitivo, supõe uma referência ao sujeito da ação. Aristóteles está comparando duas formas dos mesmos verbos justamente para deixar clara a oposição entre uma afecção ou ação concebida em conjunto com seu sujeito e a mesma afecção ou ação concebida em separado.

Diante dessa oposição, pode estranhar um pouco a justificativa fornecida para a suspeita que o caminhar e o estar sentado não se incluam entre os seres. Eles, de fato, não são seres por si nem podem existir separados da substância. No entanto, exatamente o mesmo pode ser dito do caminhante e do sentado. De que modo, então, a justificativa pode deixar espaço para o contraste entre o caminhante e o sentado?

Nessa passagem, a referência ao “ser por si” não pode corresponder ao sentido de *kath’hauto* exposto em Δ7. Nesse sentido, a expressão é aplicada em cada uma das categorias do ser e, desse modo, seria possível falar do “caminhar por si” referindo-se à sua definição, a qual seria análoga à

definição do branco compreendido como afecção tomada à parte do seu substrato (ver, por exemplo, Z6, 1031<sup>b</sup>22-28). Trata-se, certamente, do terceiro sentido de *kath'hauto* distinguido em *Segundos Analíticos* I 4 (73<sup>b</sup>5-10). Nesse texto, são ditos serem “por si” as coisas que não são ditas de um substrato, ou seja, não são o que são sendo, adicionalmente, algo distinto. O exemplo de algo que não é por si, mas um ser por acidente (*sumbebekos*), é justamente o caminhante, que é caminhante sendo também, necessariamente, algo distinto do próprio caminhante (*to badizon heteron ti on badizon esti*).

Viu-se que o objetivo do emprego do infinitivo “caminhar” era precisamente referir a ação *sem* adicionalmente referir qualquer sujeito da ação. Se o “caminhar” é empregado sem referir algo distinto dele próprio, então ele não pode designar um ser por acidente, algo que existe unicamente associado a um substrato. Nessa perspectiva, para que “caminhar” designasse algo em absoluto, seria necessário designar algo que é por si. Como isso é impossível, como o caminhar não é por natureza um ser por si, parece necessário concluir que “caminhar” não significa um ser. Ao contrário do particípio “caminhante”, que é empregado em conexão com o seu sujeito, o infinitivo “caminhar” parece referir-se a algo que não existe por si *como se* existisse sem ser também algo distinto de si próprio. Assim, ainda que nem o caminhar nem o caminhante sejam seres por si, isso ocorreria por razões diferentes nos dois casos. O caminhante não é um ser por si porque é um ser por acidente. O caminhar, por sua vez, não seria um ser por si porque não é ser algum.

Como notado acima, Aristóteles apresenta a distinção entre o caminhante e o caminhar com certa reserva. Se o caminhar parece não ser em absoluto porque não pode ser separado da substância, é ser, *se tanto* ou *quando muito* (*eiper*), o caminhante. O caminhar designa em abstração algo que não existe separadamente. O caminhante, por sua vez, designa algo que existe separadamente, porém não segundo o que ele é em si, mas segundo o que acidentalmente lhe ocorre. A reserva de Aristóteles explica-se devido ao fato que em “caminhante” a ênfase está no estado fortuito do sujeito e não no próprio sujeito. Se alguém pensasse que aquele que vem lá é precisamente um caminhante e não um homem que acontece de estar caminhando, estaria tão enganado quanto quem imagina que o caminhar é algo que existe por si.

Referir um ser a partir de suas qualificações e não a partir do que ele, por si, é, torna possível a confusão entre predicação essencial e accidental sobre a qual se baseiam os sofismas que procuram extrair a identidade de dois predicados diferentes do mero fato que ambos são atribuídos ao mesmo sujeito. Assim, se Sócrates, que tem como propriedades o domínio da gramática e da música, não pudesse ser referido como “o gramático”, tampouco seria possível dizer que “o gramático é músico”, do que o sofista, a partir da identidade entre o Sócrates que é gramático e o Sócrates que é músico, pretende inferir que ser gramático é o mesmo que ser músico. A conclusão do sofista depende da compreensão de “Sócrates é gramático” como equivalente a “Sócrates é precisamente o que é ser gramático”. Essa equivalência, no entanto, estaria excluída de imediato se fosse observada a regra segundo a qual nada da natureza do gramático designa um sujeito genuíno. Tomar o gramático e o caminhar como sujeitos genuínos é designar o que não é. Nesse sentido, Aristóteles afirma em E2 que o accidental está próximo do não-ser (1026<sup>b</sup>21)<sup>10</sup>.

Assim, a possibilidade de tomar como ser independente algo que não existe por si, a qual se insinua no uso de expressões como “o caminhar” e “o branco” para referir o sujeito que caminha ou é branco, impõe certa cautela na inclusão das coisas referidas por tais denominações no âmbito dos seres. A reserva expressa através de *eiper* só pode ser eliminada quando estiverem claras as condições a partir das quais o caminhar (e, por extensão, o branco) é um ser. Aristóteles torna explícitas essas condições na frase seguinte, quando explica em que o caminhar difere do caminhar: “Antes estas coisas manifestam-se como seres porque há algo determinado que é substrato delas (e isto é a substância e o particular), o que precisamente aparece em tal predicação: com efeito, o bom ou o sentado não se dizem sem isso.” (1028<sup>a</sup>25-29)

Quando a subordinação ontológica das diferentes categorias não-substanciais em relação à substância é mencionada pela primeira vez em 1028<sup>a</sup>18-19, a relação de dependência é caracterizada meramente a partir da atribuição dos itens não substanciais à substância. Em 1028<sup>a</sup>25-29, por sua vez, há um elemento adicional. Afirma-se, agora, que os itens não-substanciais manifestam-se como seres não apenas porque são algo *de* um sujeito ou substrato, mas porque este sujeito ou substrato é algo *determinado*.

Esse sujeito determinado é identificado com a substância e o particular. A referência à substância e ao particular pode bem ser compreendida como correspondendo ao item particular de existência independente, a saber, o Sócrates que ocorre ser caminhante. O ponto, no entanto, é que o fundamento da determinação desse particular, ou seja, sua essência ou natureza, permite que ele seja substrato dos itens não-substanciais. Se o bom ou o sentando não se dizem sem Sócrates, isso se deve ao fato que Sócrates é um sujeito determinado.

A conclusão do argumento que é, em seguida, apresentada, indica que a prioridade da substância deve ser tomada como decorrência do que foi exposto: “É, portanto, evidente que é em virtude desta [da substância] que também cada um daqueles existe, de modo que o ser primeiro e não um certo ser, mas ser sem qualificações é a substância.” (1028<sup>a</sup>29-31) É bastante claro, aqui, que a prioridade da substância pretende ser extraída do fato que itens não substanciais podem ser ditos existir em virtude de sua relação com a substância. Cabe, agora, perguntar quais são esses itens não-substanciais referidos por “cada um daqueles” (*kakeinjn hekaston*). A expressão pode referir-se aos verbos no infinitivo anteriormente introduzidos (BURNYEAT *et al.*, 1979, p. 3) ou, em conjunto, a esses verbos e às suas formas participiais (FREDE E PATZIG, 1988, p. 19). Só não é possível limitar a sua referência aos participios, uma vez que, nesse caso, não se poderia encontrar na conclusão uma resposta à aporia de 1028<sup>a</sup>20, que é apresentada a partir dos verbos no infinitivo. Evidentemente, se o resultado aplica-se tanto aos infinitivos quanto aos participios (e demais termos designando seres não-substanciais), o problema expresso a partir dos primeiros estará resolvido. A exposição de Aristóteles, no entanto, será mais clara se o problema apresentado a partir dos infinitivos tiver sua solução apresentada exclusivamente nos mesmos termos.

Aceitando-se, assim, que a solução seja apresentada por referência aos verbos no infinitivo e que o seu elemento fundamental seja o fundamento da determinação das substâncias particulares, tem-se que a prioridade da substância explica-se em razão do fato que a essência das substâncias particulares permite compreender que as naturezas dos itens não-substanciais particulares são seres. De que modo, no entanto, a natureza dos itens substanciais poderia assegurar que a natureza de itens não-substanciais tem ser? Aristóteles, em Z1, não desenvolve o argumento. Se a sugestão

na qual está baseado este texto estiver correta, seu objetivo não é argumentar em favor desse ponto, mas apenas indicar a direção a ser seguida na investigação de Z. Aristóteles está, aqui, dirigindo a investigação para o que torna determinado o sujeito de atribuição.

## A substância e o ser dos itens não-substanciais

Cabe aqui, no entanto, procurar delinear o argumento suposto em Z1. Para tanto, convém começar examinando a relação entre um item particular e sua natureza. Afirmou-se acima que tal relação ocorre no âmbito de cada uma das categorias. Há, contudo, uma diferença fundamental entre a ocorrência dessa relação no domínio da substância e a sua ocorrência nos demais casos. Quando se trata de uma substância  $x$ , enunciar o que é  $x$  corresponde a apresentar as condições a partir das quais  $x$  pode existir como item independente. No caso de um item não-substancial  $y$ , enunciar o que é  $y$  não permite expor as condições a partir das quais  $y$  existe. A definição da brancura permite identificar instâncias da cor branca, mas não permite reconhecer o que se requer para que o branco particular venha a existir no mundo. O branco particular existe necessariamente em uma superfície que deve constituir parte de um item substancial. As regras para a geração da superfície estão, assim, incluídas na descrição das condições de geração da substância. O vir a ser da substância, por sua vez, determina-se unicamente a partir da natureza ou essência substancial.

É possível argumentar que essa diferença constitua parte da determinação que é característica da substância em oposição às demais categorias. Talvez seja igualmente possível mostrar que essa diferença fundamenta o modo pelo qual a essência dos itens substanciais assegura também o ser dos itens não-substanciais.

Essa proposta poderia ser desenvolvida recorrendo à ideia segundo a qual a natureza de uma substância de certo tipo inclui em si variáveis abertas a serem substituídas por itens não-substanciais. Se um dado indivíduo é homem, ele necessariamente está ou sentado ou em pé, ele necessariamente ou é branco ou é negro. Tais alternativas são determinadas pela natureza do homem (o que é expresso em sua definição). Ao

fornecer uma regra para o vir a ser do homem, a sua essência garante que estão dadas no mundo as condições para a existência de tais itens não-substanciais (esses, evidentemente, não dependem especificamente do homem para existir, mas da existência de algum item substancial de um certo conjunto de tipos de substâncias).

Se esse argumento é capaz de fornecer, a partir da essência dos itens substanciais, uma garantia para o ser dos itens não-substanciais *associados* à substância, pode ele também garantir que a natureza de tais itens não-substanciais tem ser? Aqui convém recorrer à estrutura do notório argumento que permite a Aristóteles reconduzir o estudo do ser ao estudo da substância, o argumento dito “da significação focal”. Trata-se justamente do argumento que estabelece que os itens não-substanciais são ditos seres em virtude de sua relação com a substância (ver  $\Gamma 2$ , 1003<sup>a</sup>33-<sup>b</sup>12). Na versão apresentada na *Ética Eudêmia* (VII 2, 1236<sup>a</sup>15-23, onde o argumento diz respeito aos sentidos de “amizade” e não de “ser”), ressalta-se que os itens ditos Y de modo “não-primeiro” não podem deixar de ser tomados como Y genuínos. Seria equivocado deixar de atribuir o qualificativo “medicinal” à faca (ou bisturi) com base no fato que o sentido primeiro do termo aplica-se ao homem que usa a faca ou que essa pode ser dita medicinal apenas em virtude de sua relação com o médico. Essa sugestão pode ser desenvolvida a partir da ideia de significação focal da seguinte maneira:

É certo que, em si mesma, uma faca nada tem de medicinal. Ela adquire tal dimensão apenas a partir do uso que dela faz o médico. Por meio da faca, contudo, o médico pode exercer a sua arte de um modo que ele não poderia empregando apenas as mãos. Em outras palavras, usando a faca, o médico pode *ser médico* ou medicinal de um modo que lhe seria impossível sem tal recurso. Para indicar, no entanto, o que torna diferente esse modo de ser médico em relação aos demais modos, deve-se referir precisamente o que a faca *em si mesma* é, ou seja, o que ela compartilha com todas as facas, a capacidade de cortar. Desse modo, para caracterizar um modo peculiar de ser médico, é necessário referir algo que, em si mesmo, é de natureza não-medicinal.

A transferência desse raciocínio para o caso do ser comporta certas dificuldades. A atribuição que o item não-primário recebe por sua relação com o termo focal é simplesmente o “ser”. No caso do ser, a

brancura deve ocupar a posição que era ocupada pela faca no caso do medicinal, ao passo que “medicinal” deve ser substituído por “ser”. Como resultado, pareceria que a brancura, em si mesma, não tem qualquer ser. Esse resultado seria admissível se o “ser” fosse aqui interpretado como “existir de modo independente”. De fato, em si mesma, ou seja, em separado, a brancura não existe – tal como uma faca, em si mesma, nada tem de medicinal. Tem-se em seguida, no entanto uma razão para sustentar que o ser, compreendido agora como realidade, *não deve ser negado* da brancura – mesmo quando essa é tomada em separado da substância.

Assim como o médico é medicinal em virtude de si mesmo (ou seja, em razão de sua arte), a substância existe em virtude de si mesma, isto é, é por ser um animal de certo tipo que Sócrates existe. O médico, no entanto, pode ser medicinal de um modo peculiar por meio da faca – um modo cuja peculiaridade somente pode ser explicada por recurso ao que a faca, em si, é. A substância, semelhantemente, pode existir de um modo peculiar em virtude da brancura. Sócrates existe como item independente por ser um animal de certo tipo, mas sua existência como animal é caracterizada de um modo peculiar quando Sócrates é branco ou caminhar. Para determinar o que há de peculiar nessa existência assim caracterizada, deve-se recorrer ao que no branco e no caminhar é *diferente* da substância, ou seja, respectivamente à brancura e ao caminhar.

<sup>1</sup> Essa interpretação pode ser encontrada, por exemplo, no comentário de Bostock, para quem o capítulo inicial de Z apresenta “rather different arguments” em favor da ideia segundo a qual o sentido primeiro de “ser” corresponde à substância (BOSTOCK, 1994, p. 45).

<sup>2</sup> A variante adotada por Jaeger (*hekaston autÿn on ï mï on* em lugar de *hekaston autÿn on simainei* em 1028<sup>a</sup>21) não parece introduzir aqui qualquer diferença significativa.

<sup>3</sup> A existência de diferentes compreensões da polissemia do ser, evidentemente, pode afetar severamente a interpretação de Z1. Bostock expõe as várias alternativas de interpretação e tensões criadas pelas diferentes compreensões da variação de sentidos de ser em Z1 (BOSTOCK, 1994, p. 45-52). Sua análise, no entanto, ressalta as dificuldades que o leitor encontra no texto sem apontar uma interpretação unificada, do que resulta uma exposição algo aporética de Z1.

<sup>4</sup> A única anomalia está no uso da expressão *ti esti* para referir a substância assim compreendida. O segundo dos dois métodos apresentados por Ackrill, afinal, caracteriza-se pela aplicação da pergunta “o que é?” no âmbito de *todas* as categorias. Reservar *ti esti* para designar a substância é próprio do primeiro método, que supõe estar diante de um item substancial particular.

<sup>5</sup> Ackrill observa (1963, p. 77-78; p. 103-104) que, quando Aristóteles, nas *Categorias*, emprega substantivos abstratos como *poiotites*, ele pretende estabelecer um contraste entre a propriedade tomada abstratamente (e referida pelo substantivo abstrato) e a propriedade tal como aplicada a um sujeito (referida por um termo derivado por paronímia do substantivo abstrato). Assim, “generosidade” corresponderia a um exemplo do primeiro caso, ao passo que “generoso” exemplifica o segundo. Nas *Categorias*, a distinção é apresentada apenas quando se discute a qualidade (ver *Categ.* 8, 10<sup>a</sup>27), mas nada impede que ela seja aplicada também no âmbito das demais categorias. Em Z1, ademais, é possível encontrar um indício da pretensão de dar aplicação irrestrita a tal distinção: diferentemente do que ocorre nas *Categorias*, em Z1 há um termo para referir abstratamente a quantidade (e não apenas a qualidade): o substantivo abstrato *posotites* (1028<sup>a</sup>19).

<sup>6</sup> Bostock apresenta precisamente nesses termos a variação de sentidos de “ser” contida entre parênteses em 1028<sup>a</sup>15-18 (BOSTOCK, 1994, p. 53-54).

<sup>7</sup> Entra-se aqui no inseguro terreno delimitado pela questão acerca dos acidentes particulares. Para uma apresentação das principais posições a respeito do tema, ver WEDIN, 1993.

<sup>8</sup> A partir da interpretação dada para os itens não-substanciais listados em 1028<sup>a</sup>10-20, torna-se necessário compreender a substância à qual são atribuídos como correspondendo, não ao particular de existência independente, mas à sua natureza ou essência. A substância assim compreendida é tomada como sujeito de atribuição, por exemplo, em *Categ.* 5, 2b37-3<sup>a</sup>6.

<sup>9</sup> Frede e Patzig (1988, v. II, p. 18) entendem que a função da expressão *hekaston autjyn* é indicar que cada uma das ações mencionadas é tomada em si mesma e à parte da relação com o sujeito. Isso, no entanto, pode ser extraído do mero uso do infinitivo.

<sup>10</sup> Note-se, também, *g*7, 1017<sup>a</sup>19-22, onde o verbo ser é aplicado unicamente ao substrato último dos acidentes).

## Referências bibliográficas

ACKRILL, J. L. 1963. *Aristotle's Categories and De Interpretatione*.

Oxford: Clarendon.

BOSTOCK, D. 1994. *Metaphysics. Books Z and H*. Oxford: Clarendon.

BURNYEAT, M. et al. 1979. *Notes on Zeta*. Oxford: Sub-Faculty of Philosophy.

FREDE, M.; PATZIG, G. 1988. *Aristoteles, 'Metaphysik Z'*. München: Beck.

IRWIN, T.; FINE, G. 1995. *Selections*. Indianapolis: Hackett.

JAEGER, W. 1957. *Aristotelis Metaphysica*. Oxford: Oxford U. P.

ROSS, W. D. 1924. *Aristotle's Metaphysics*. Oxford: Clarendon.

\_\_\_\_\_. 1949. *Aristotle's Prior and Posterior Analytics* Oxford, Clarendon.

WALZER, R. R.; MINGAY, J. M. 1991. *Aristotelis Ethica Eudemia*. Oxford: Clarendon.

WEDIN, M. 1993. "Nonsubstantial individuals". *Phronesis*, vol xxxviii/2.